



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 2796/2021)**

De ao art. 19, a seguinte redação:

*Art. 19º. Os fornecedores de jogos eletrônicos devem, para contas criadas para crianças após a data de entrada em vigor desta Lei, restringir por padrão as compras e transações comerciais realizadas por crianças, quando aplicável, garantindo o consentimento dos responsáveis.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Em muitos casos, quando o usuário é uma criança ou adolescente conhecido, as restrições padrão já estão em vigor. No entanto, para instâncias que ainda não restringem as compras por padrão, a carga do desenvolvedor para criar uma programação padrão seria extremamente alta, a menos que esteja claro que os controles de gastos por padrão se aplicam apenas a novas contas.

Sala das sessões, 13 de março de 2024.

